



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR**

**OFÍCIO Nº 2.096/2025 - PMC/SMG**

Cajamar/SP., 15 de dezembro de 2025.

**Referente: Indicação nº 1485/2025**  
18ª Sessão

**CAMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR**

PROTOCOLO  
4305/2025

DATA / HORA  
19/12/2025 10:13:01

USUÁRIO  
120.XXX.XXX-12

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, pelo presente, em atenção a **Indicação nº 1485/2025**, de autoria do Nobre William Silva Oliveira, **encaminhamos as informações prestadas pela *Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos*, por meio do Memorando Nº 2715/2025 - SMGDRH**

Sendo o que tínhamos a informar, aproveitamos o ensejo para externar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**KAUÃN BERTO SOUSA SANTOS**  
**Prefeito Municipal**

Excelentíssimo Senhor  
**EDIVILSON LEME MENDES**  
Presidente da Câmara do Município de  
**CAJAMAR – SP**



Documento assinado eletronicamente por **Kauan Berto Sousa Santos, Prefeito**, em 16/12/2025, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



# *Câmara Municipal de Cajamar*

Estado de São Paulo

## GABINETE DO VEREADOR

**INDICAÇÃO Nº 1485 / 2025**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR
Incluído no expediente da sessão Ordinária
Realizada em 17/11/2025
Despacho: Encaminhado - R
EDIVILSON LEME MENDES

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Indico ao Exmo. Prefeito Municipal Sr. Kauã Berto Sousa Santos, para que estude junto a Secretaria competente da municipalidade, a possibilidade de que seja realizado estudo técnico, financeiro e jurídico visando a implantação do pagamento de pecúnia no mês de aniversário aos servidores públicos municipais.

### JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo reconhecer e valorizar os servidores públicos municipais, que desempenham funções essenciais para o bom funcionamento da Administração. A concessão de pecúnia no mês de aniversário representa um incentivo financeiro, contribuindo para o bem-estar e motivação desses profissionais.

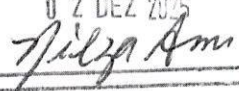
Além disso, tal medida fortalece a política de valorização do servidor, podendo resultar em melhor desempenho, engajamento e satisfação no ambiente de trabalho. Ressalta-se que sua implementação dependerá de análise de impacto financeiro, previsão orçamentária e observância da legislação vigente, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, solicito que o Poder Executivo avalie a viabilidade jurídica e orçamentária para implantação desta iniciativa.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos, 18 de Novembro de 2025.

  
**William Silva Oliveira**  
Vereador

**CAMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR**

Secretaria Municipal de Governo
02 DEZ 2025


PROTOCOLO  
3986/2025

DATA / HORA  
18/11/2025 17:41:21

USUÁRIO  
120.XXX.XXX-12

;- CEP 07752-000 - Cajamar - São Paulo

15.106



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR

CAJAM-SMGDRH-Unidade de Processamento Legislativo Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos

**Memorando Nº: 2.715/2.025**

Cajamar, 15 de dezembro de 2.025.

**AO**  
**DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E LEGISLATIVO**  
A/C: Luciana Maria Coelho de Jesus Stella

**Referente:** Memorando nº 3.808/2025- DAL/SMG  
Indicação nº 1.485/2025

Prezada Senhora,

Em resposta a Indicação nº 1.248/2.025, de autoria do Nobre Vereador Willian Silvia Oliveira, agradecemos a iniciativa e o reconhecimento aos servidores públicos municipais de Cajamar, cuja dedicação é fundamental para o bom funcionamento da Administração Pública.

Em que pese, à sugestão da implantação do pagamento de pecúnia no mês de aniversário aos servidores públicos municipais, é importante observar que esse tipo de benefício, tem sido alvo de Ação Direta de Inconstitucionalidade, pelo Poder Judiciário, por entender, não atende ao interesse público e por afrontar os princípios constitucionais, como os da moralidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade e interesse público.

Neste sentido, destaca-se o julgamento da Ação de Inconstitucionalidade nº 2196618-83.2020.8.26.0000, proposta pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, na qual o Tribunal do Estado de São Paulo, declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 1.321/1997, alterada pela Lei nº 1.638/2006, do Município de Clementina, que instituía o benefício denominado " gratificação de aniversário" aos servidores públicos municipais, conforme ementa:

"Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou, na ação nº 2196618-83.2020.8.26.0000 movida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado em face do Município de Clementina, julgou inconstitucional a Lei Municipal nº 1.321/1997, alterada pela Lei Municipal nº 1.638/2006, que instituiu o benefício

intitulado "gratificação de aniversário", pago a todos os servidores.

Portanto, a partir deste mês, o pagamento aa gratificação de aniversário, que concedia remuneração adicional no valor de um salário mínimo (R\$ 1.212,00) no mês de aniversário do servidor, será extinto.

Os demais benefícios dos servidores desta Prefeitura, como o vale-alimentação, adicional por tempo de serviço, não deixarão de ser concedidos com a medida, que afeta apenas a gratificação de aniversário.

A mudança acontece em decorrência de uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), protocolada pelo Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, e o acórdão final foi publicado no final do mês de março. Assim, a partir do mês de abril, extingue-se o benefício, que era pago desde 1997 aos servidores municipais ativos da Prefeitura de Clementina. Com a mudança já em vigor, funcionários que fazem aniversário neste mês de abril não receberão o benefício"

De igual modo envolvendo o Município de Itabaté, o Tribunal do Estado de São Paulo suspendeu a gratificação de aniversário, adotando o entendimento pelo Subprocurador-Geral de Justiça Wallace Paiva Martins, no sentido que assiduidade e pontualidade constituem deveres, inerentes ao cargo público, não podendo justificar a concessão de vantagem pecuniária.

Ainda, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo declarou a inconstitucionalidade de duas leis municipais do Município de Icem, que previam gratificação de aniversário aos servidores da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal. O colegiado entendeu que as normas afrontavam os princípios da razoabilidade, moralidade administrativa e interesse público, por instituírem vantagem sem vinculação com desempenho funcional ou produtividade.

Diante o exposto, verifica-se que a sugestão apresentada pelo Nobre Edil, embora legítima sob o aspecto de valorização aos servidores municipais, requer estudos mais aprofundados.

Atenciosamente,

**FABIANE BARBOSA ELEUTÉRIO**



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Barbosa Eleuterio, Secretário Municipal**, em 15/12/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://cidades.sei.sp.gov.br/rasaopaulo/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://cidades.sei.sp.gov.br/rasaopaulo/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0618871** e o código CRC **0371D059**.